

Sumário

DIREITO DO TRABALHO	29		
<i>Henrique Correia</i>			
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	29		
✦ QUESTÕES	31		
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO.....	31		
1.1. PARTE HISTÓRICA.....	31		
1.2. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO	36		
1.3. FONTES.....	37		
2. PRINCÍPIOS.....	38		
3. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	40		
4. REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES	41		
5. EMPREGADO.....	42		
5.1. EMPREGADOS BANCÁRIOS.....	47		
5.2. MOTORISTA PROFISSIONAL	49		
5.3. TRABALHO EM FRIGORÍFICOS	50		
5.4. EMPREGADO RURAL.....	51		
5.5. EMPREGADO DOMÉSTICO	52		
5.6. PROTEÇÃO DO TRABALHO DO ADOLESCENTE.....	54		
5.7. APRENDIZ.....	61		
5.8. PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER....	63		
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	67		
6.1. TRABALHO AVULSO.....	67		
6.2. ESTAGIÁRIO	68		
6.3. TRABALHO VOLUNTÁRIO	71		
6.4. UBERIZAÇÃO	71		
7. TERCEIRIZAÇÃO.....	72		
7.1. TRABALHO TEMPORÁRIO.....	75		
8. EMPREGADOR.....	76		
9. CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO.....	78		
9.1. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO.....	79		
9.2. NULIDADES DO CONTRATO DE TRABALHO (TRABALHO ILÍCITO E TRABALHO PROIBIDO OU IRREGULAR).....	80		
9.3. TRANSFERÊNCIA DE EMPREGADOS	81		
9.4. SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	81		
9.5. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	84		
10. DURAÇÃO DO TRABALHO.....	86		
10.1. LIMITAÇÃO À JORNADA DE TRABALHO	88		
10.2. JORNADAS ESPECIAIS.....	89		
10.3. HORAS <i>IN ITINERE</i>	91		
10.4. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO.....	92		
10.5. TRABALHO EXTRAORDINÁRIO (PRORROGAÇÃO DE JORNADA)	93		
10.6. INTERVALOS.....	96		
10.7. FÉRIAS.....	97		
11. SALÁRIO E REMUNERAÇÃO.....	98		
11.1. SALÁRIO COMPLESSIVO	103		
11.2. ADICIONAL NOTURNO	104		
11.3. DIÁRIAS PARA VIAGEM	105		
12. ESTABILIDADE	106		
13. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	108		
13.1. TRABALHO ESCRAVO E DEGRADANTE	118		
13.2. REPARAÇÃO DO DANO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	120		
14. AVISO-PRÉVIO	122		
15. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	123		
15.1. PRÁTICA DISCRIMINATÓRIA.....	127		
16. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	131		
17. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	132		

17.1.	INTRODUÇÃO. INSTITUTOS BÁSICOS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	132	4.6.	EMPREGADO PÚBLICO	213
17.2.	PRINCÍPIOS DO DIREITO COLETIVO	134	4.7.	CONTRATOS DE TRABALHO ESPECIAIS	215
17.3.	ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA	137	4.7.1.	BANCÁRIO	215
17.4.	PRÁTICAS OU ATOS ANTISSINDICAIS	150	4.7.2.	BOMBEIRO CIVIL	216
17.5.	FONTES DE CUSTEIO DO SISTEMA SINDICAL	154	4.7.3.	MOTORISTA PROFISSIONAL	216
17.6.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA, DISSÍDIO COLETIVO E SENTENÇA NORMATIVA	158	4.7.4.	ATLETA PROFISSIONAL	220
17.7.	VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO NORMATIVO	170	4.7.5.	ARTISTA	222
17.8.	GREVE	174	4.7.6.	JORNALISTA	222
18.	MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITO COLETIVOS	180	4.7.7.	PROFESSOR	222
			4.7.8.	AERONAUTA	223
			4.7.9.	AEROVIÁRIO	224
			4.7.10.	SERVIÇOS EM FRIGORÍFICOS	224
			4.7.11.	TRABALHO EM MINAS DE SUBSOLO	224
			4.7.12.	ÁRBITROS	225
			4.7.13.	TRABALHO AQUAVIÁRIO	225
			4.7.14.	TRABALHO DO PRESO	225
			4.7.15.	TRABALHADORES EM CARTÓRIOS	226
★ DICAS	183		5.	EMPREGADOR	227
1.	DIREITO DO TRABALHO	183	5.1.	GRUPO ECONÔMICO	227
2.	DOS PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO DO TRABALHO	187	5.1.1.	RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E SUBSIDIÁRIA	228
2.1.	PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO	187	5.2.	SUCCESSÃO DE EMPREGADORES	228
2.2.	FONTES	189	5.3.	SÓCIO RETIRANTE	229
2.3.	INTEGRAÇÃO	190	5.4.	PODERES DO EMPREGADOR	230
2.4.	EFICÁCIA DAS NORMAS TRABALHISTAS:	191	5.4.1.	PODER DE ORGANIZAÇÃO	230
2.5.	FLEXIBILIZAÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO	192	5.4.2.	PODER DE CONTROLE	231
2.6.	RENÚNCIA E TRANSAÇÃO	193	5.4.3.	PODER DISCIPLINAR	233
3.	DIREITOS CONSTITUCIONAIS DOS TRABALHADORES	194	5.4.4.	ASSÉDIO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	234
4.	SUJEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO	197	6.	RELAÇÕES DE TRABALHO <i>LATO SENSU</i>	235
4.1.	EMPREGADO	197	7.	PROTEÇÃO DO TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	236
4.1.1.	REQUISITOS NÃO ESSENCIAIS AO VÍNCULO DE EMPREGO	200	7.1.	SALÁRIO DO ADOLESCENTE	239
4.1.2.	NOVA REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO DADA PELA LEI Nº 14.442/2022	201	7.2.	DAS FÉRIAS DO EMPREGADO ADOLESCENTE	239
4.2.	CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL	203	7.2.1.	DOS DIREITOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO DO TRABALHO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI Nº 8.069/90 E ALTERAÇÕES)	240
4.2.1.	REGISTRO DE EMPREGADOS	204	7.3.	APRENDIZ	240
4.3.	EXIGÊNCIA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS	204	8.	PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER	243
4.4.	EMPREGADO RURAL (LEI Nº 5.889/73)	204			
4.4.1.	PECULIARIDADES DOS EMPREGADOS RURAIS	205			
4.4.2.	CONTRATO TEMPORÁRIO RURAL (ART. 14-A DA LEI Nº 5.889/73)	206			
4.5.	TRABALHO DOMÉSTICO	207			

8.1.	LICENÇA-MATERNIDADE.....	245	9.8.2.	LEI Nº 13.429/2017	256
8.1.1	DATA DE INÍCIO DA LICENÇA-MATERNIDADE (ADI Nº 6327/DF)..	246	9.8.3.	REGULAMENTAÇÃO PELA LEI Nº 13.467/2017 (REFORMA TRABALHISTA)	256
8.2.	ESTABILIDADE DA GESTANTE.....	246	9.9.	SALÁRIO EQUIVALENTE.....	257
8.3.	MEIO AMBIENTE DE TRABALHO	248	9.10.	QUARENTENA E REFORMA TRABALHISTA	257
8.4.	PROGRAMA EMPREGA + MULHERES (LEI Nº 14.457/2022).....	249	9.10.1.	SÚMULA Nº 331 DO TST.....	257
8.4.1.	DO APOIO À PARENTALIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA	249	9.10.2.	REGULAMENTAÇÃO PELA LEI Nº 13.429/2017 (31/03/2017)	257
8.4.2.	DO APOIO À PARENTALIDADE POR MEIO DA FLEXIBILIZAÇÃO DO REGIME DE TRABALHO	249	9.10.3	REFORMA TRABALHISTA – LEI Nº 13.467/2017	257
8.4.3.	DAS MEDIDAS PARA QUALIFICAÇÃO DE MULHERES.....	249	9.11.	PERÍODO DE QUARENTENA DO EMPREGADO TERCEIRIZADO	258
8.4.4.	DO APOIO AO RETORNO AO TRABALHO APÓS O TÉRMINO DA LICENÇA-MATERNIDADE	250	9.11.1.	SÚMULA Nº 331 DO TST.....	258
8.4.5.	DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E DE COMBATE AO ASSÉDIO SEXUAL E A OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA NO ÂMBITO DO TRABALHO	250	9.11.2.	REGULAMENTAÇÃO PELA LEI Nº 13.429/2017 (31/03/2017)	258
8.4.6.	DO SELO EMPREGA + MULHER.....	250	9.11.3.	QUARENTENA NA REFORMA TRABALHISTA (LEI Nº 13.467/2017).....	258
8.5.	LEI Nº 9.029/1995	250	9.12.	INAPLICABILIDADE DA LEGISLAÇÃO ÀS EMPRESAS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES.....	258
8.6.	LEI Nº 14.611/23 (LEI DE IGUALDADE SALARIAL).....	250	9.13.	CONSEQUÊNCIAS DA LEI Nº 13.429/2017 PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	258
9.	TERCEIRIZAÇÃO.....	252	9.14.	DONO DA OBRA.....	260
9.1.	GENERALIDADES.....	252	9.15.	TRABALHO TEMPORÁRIO.....	261
9.2.	TERCEIRIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA EMPRESA	253	10.	CONTRATO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE TRABALHO	263
9.2.1.	TERCEIRIZAÇÃO NA SÚMULA Nº 331 DO TST	253	10.1.	RELAÇÃO DE TRABALHO X RELAÇÃO DE EMPREGO:.....	263
9.2.2.	REGULAMENTAÇÃO PELA LEI Nº 13.429/2017 (31/03/2017)	253	10.2.	CONTRATO DE TRABALHO.....	263
9.2.3.	REFORMA TRABALHISTA – LEI Nº 13.467/2017	254	10.3.	CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO DE TRABALHO.....	264
9.3.	QUARTEIRIZAÇÃO	254	10.4.	CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO	264
9.4.	REQUISITOS PARA O FUNCIONAMENTO DA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS	254	10.5.	CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE TRABALHO INTERMITENTE.....	265
9.5.	REQUISITOS DO CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	255	10.6.	ALTERAÇÃO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO.....	266
9.6.	RESPONSABILIDADE DA TOMADORA.....	255	10.7.	TRANSFERÊNCIA DE LOCAL DE TRABALHO	268
9.7.	DIREITOS DOS TERCEIRIZADOS.....	255	10.8.	SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	269
9.8.	CONDIÇÕES DE TRABALHO	256	10.9.	EFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO.....	270
9.8.1.	SÚMULA Nº 331 DO TST	256	10.9.1.	DANO MATERIAL E MORAL.....	271

10.10. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	273	12.7.9. SALÁRIO-EDUCAÇÃO	300
11. DURAÇÃO DO TRABALHO E JORNADA DE TRABALHO	276	12.7.10. PIS/PASEP.....	300
11.1. LIMITE DE TOLERÂNCIA	277	12.8. SALÁRIO-UTILIDADE OU SALÁRIO <i>IN</i> <i>NATURA</i>	300
11.2. EMPREGADOS NÃO SUBMETIDOS À LIMITAÇÃO DE JORNADA.....	278	12.9. FORMAS E MEIOS DE PAGAMENTO DO SALÁRIO.....	301
11.3. REGIME DE TEMPO PARCIAL.....	278	12.10. EQUIPARAÇÃO SALARIAL.....	302
11.4. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO.....	279	12.11. DESVIO E ACÚMULO DE FUNÇÃO	304
11.5. HORAS <i>IN ITINERE</i>	280	13. AVISO-PRÉVIO	304
11.6. TRABALHO NOTURNO.....	280	14. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS	306
11.7. TRABALHO EXTRAORDINÁRIO	281	14.1. HIPÓTESES DE SAQUE DOS DEPÓSITOS.....	306
11.8. COMPENSAÇÃO.....	281	15. ESTABILIDADE	310
11.9. PERÍODOS DE DESCANSO.....	282	15.1. DIRIGENTE SINDICAL.....	310
11.9.1. INTERVALOS.....	282	15.2. EMPREGADO REPRESENTANTE DA CIPA.....	310
11.9.2. DESCANSO SEMANAL REMUNERADO (DSR)	284	15.3. EMPREGADO ACIDENTADO.....	310
11.9.3. FÉRIAS.....	285	15.4. EMPREGADO PÚBLICO.....	311
12. SALÁRIO E REMUNERAÇÃO.....	288	15.5. ESTABILIDADE GESTANTE E ADOTANTE (LEI Nº 13.509/2017)	311
12.1. SALÁRIO MÍNIMO.....	289	15.6. ESTABILIDADE DO REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS (REFORMA TRABALHISTA) .	311
12.2. MODALIDADES DE SALÁRIO	289	15.7. DESPEDIDA E REINTEGRAÇÃO DO EMPREGADO ESTÁVEL	312
12.3. PARCELAS SALARIAIS (COMPOSIÇÃO DO SALÁRIO)	291	16. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	313
12.4. GRATIFICAÇÕES	292	16.1. DISPENSA SEM JUSTA CAUSA OU ARBITRÁRIA	313
12.5. DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	293	16.2. MOTIVAÇÃO DA DISPENSA E CONVENÇÃO Nº 158 DA OIT.....	313
12.6. ADICIONAIS SALARIAIS.....	293	16.3. PEDIDO DE DEMISSÃO	314
12.6.1. ADICIONAL DE HORA EXTRAORDINÁRIA	293	16.4. DISTRATO (REFORMA TRABALHISTA).....	314
12.6.2. ADICIONAL NOTURNO.....	293	16.5. JUSTA CAUSA: DISPENSA POR JUSTA CAUSA, RESCISÃO INDIRETA E CULPA RECÍPROCA.....	315
12.6.3. ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA ...	294	16.6. DEMAIS HIPÓTESES DE TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	317
12.6.4. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE .	294	16.6.1. TÉRMINO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	317
12.6.5. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE...	297	16.6.2. FORÇA MAIOR.....	318
12.7. PARCELAS SEM NATUREZA SALARIAL (INDENIZATÓRIAS).....	298	16.6.3. MORTE DO EMPREGADOR.....	318
12.7.1. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS – PLR.....	298	16.6.4. MORTE DO EMPREGADOR PESSOA FÍSICA (EXTINÇÃO DO ESTABELECIMENTO)	318
12.7.2. AJUDA DE CUSTO.....	298	16.6.5. MORTE DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL.....	318
12.7.3. DIÁRIAS PARA VIAGEM.....	299		
12.7.4. VALE-TRANSPORTE.....	299		
12.7.5. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	299		
12.7.6. PRÊMIOS.....	299		
12.7.7. ABONOS.....	299		
12.7.8. SALÁRIO-FAMÍLIA.....	299		

16.6.6.	FATO DO PRÍNCIPE OU <i>FACTUM PRINCIPIS</i> (PARALISAÇÃO TEMPORÁRIA OU DEFINITIVA DO TRABALHO).....	319	20.3.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA (ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO)	338
16.7.	DISPENSA COLETIVA.....	319	20.4.	GREVE.....	342
16.8.	HOMOLOGAÇÃO DAS VERBAS TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	320	20.4.1.	GREVE EM SERVIÇOS ESSENCIAIS..	344
16.9.	QUITAÇÃO ANUAL DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS.....	321	20.4.2.	GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO.....	345
17.	ESTADO DE CALAMIDADE E LEGISLAÇÃO DE EXCEÇÃO	322	21.	COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	345
17.1.	LEI Nº 14.020/2020 E MP 1.045/2021, REJEITADA.....	322	22.	DA REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS (REFORMA TRABALHISTA).....	347
17.2.	LEI Nº 14.437/2022 (FRUTO DA CONVERSÃO DA MP Nº 1.109/2022).....	323	23.	DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS.....	348
18.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	324	✦ SÚMULAS E ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO 349		
19.	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (MEIO AMBIENTE DE TRABALHO / DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO).....	326	1.	REGULAMENTO DE EMPRESA (NORMA REGULAMENTAR)	349
19.1.	DEVERES DO EMPREGADOR.....	327	1.1.	COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA	349
19.2.	DEVERES DO EMPREGADO.....	328	2.	PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DA LEI	350
19.3.	MINISTÉRIO DO TRABALHO E NORMAS REGULAMENTADORAS SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO.....	328	3.	PROGRAMA DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA	350
19.4.	INTERDIÇÃO OU EMBARGO E INSPEÇÃO PRÉVIA	328	4.	EMPREGADO.....	351
19.5.	ACIDENTE DE TRABALHO.....	329	4.1.	DIRETOR ELEITO.....	351
19.6.	CIPA – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E ASSÉDIO.....	331	4.2.	EMPREGADO BANCÁRIO.....	351
19.7.	DA COMPETÊNCIA PARA APRECIAR E JULGAR QUESTÕES LIGADAS AO AMBIENTE DE TRABALHO.....	332	4.3.	EMPREGADO RURAL.....	353
20.	DIREITO COLETIVO.....	332	4.3.1.	ENQUADRAMENTO COMO TRABALHADOR RURAL	353
20.1.	LIBERDADE SINDICAL (CONVENÇÃO Nº 87 DA OIT).....	334	4.3.2.	PRESCRIÇÃO DO TRABALHADOR RURAL.....	353
20.2.	ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA	334	4.3.3.	SALÁRIO-FAMÍLIA RURÍCOLA	353
20.2.1.	FORMAÇÃO HISTÓRICA DO SINDICALISMO NO BRASIL.....	334	4.4.	EMPREGADO DOMÉSTICO	353
20.2.2.	MODELO DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL.....	335	5.	EMPREGADOR.....	353
20.2.3.	CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS AO SINDICATO.....	336	6.	TERCEIRIZAÇÃO.....	354
20.2.4.	ASSOCIAÇÕES SINDICAIS DE GRAU SUPERIOR.....	338	7.	CONTRATO DE TRABALHO	355
			7.1.	IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE EMPREGADO. CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – CTPS.....	355
			7.2.	CONTRATO DE EXPERIÊNCIA E CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO.....	355
			7.3.	DA NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO.....	355
			7.4.	ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	356
			7.5.	SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	357
			8.	DURAÇÃO DO TRABALHO.....	357

8.1.	DURAÇÃO DO TRABALHO	357	9.11.4.	CLASSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE INSALUBRE. RELAÇÃO OFICIAL ELABORADA PELO MTE	370
8.2.	SOBREAVISO	357	9.11.5.	FORNECIMENTO DE APARELHO DE PROTEÇÃO	371
8.3.	FISCALIZAÇÃO DA JORNADA	357	9.11.6.	SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL	371
8.4.	HORAS <i>IN ITINERE</i>	358	9.11.7.	CAUSA DE PEDIR	371
8.5.	MOTORISTA, GERENTE E FERROVIÁRIO SUBMETIDOS AO ART. 62 DA CLT	358	9.12.	PARCELAS INDENIZATÓRIAS	371
8.6.	TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO	358	9.12.1.	PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS	371
8.7.	TRABALHO NOTURNO	359	9.12.2.	DIÁRIAS	371
8.8.	COMPENSAÇÃO DE JORNADA	360	9.12.3.	VALE-TRANSPORTE	372
8.9.	JORNADA DO TELEFONISTA, JORNALISTA E ADVOGADO	360	9.12.4.	SALÁRIO-FAMÍLIA	372
8.10.	INTERVALOS	360	9.12.5.	SEGURO-DESEMPREGO	372
8.11.	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADOS (LEI Nº 605/1949)	361	9.12.6.	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	372
8.12.	FÉRIAS	362	9.13.	EQUIPARAÇÃO SALARIAL	372
9.	REMUNERAÇÃO	363	9.14.	DESCONTOS SALARIAIS	374
9.1.	SALÁRIO E REMUNERAÇÃO	363	9.14.1.	MULTA PREVISTA NOS ARTIGOS 467 E 477	374
9.2.	AUMENTO SALARIAL CONCEDIDO PELA EMPRESA E SALÁRIO UTILIDADE	364	9.14.2.	RESCISÃO DO CONTRATO. PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS	374
9.3.	COMISSÕES	364	9.14.3.	INADIMPLENTO DE VERBAS TRABALHISTAS, FRUTOS. POSSE DE MÁ-FÉ	374
9.4.	GRATIFICAÇÕES	365	9.15.	REAJUSTES SALARIAIS E PLANOS ECONÔMICOS	374
9.5.	ADICIONAL DE RISCO DO PORTUÁRIO	365	9.16.	EFEITOS FINANCEIROS DA ANISTIA. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26/1985	375
9.6.	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO E ADICIONAL REGIONAL	365	10.	ESTABILIDADE E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO	375
9.7.	ABONO PREVISTO EM NORMA COLETIVA	365	10.1.	ESTABILIDADE PROVISÓRIA	375
9.8.	GRATIFICAÇÃO NATALINA OU DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	365	10.2.	ESTABILIDADE PREVISTA NA CLT (DECENAL)	375
9.9.	ADICIONAIS	366	10.3.	DIRIGENTE SINDICAL	375
9.9.1.	ADICIONAL DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS	366	10.3.1.	ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO CONSELHEIRO FISCAL	376
9.9.2.	ADICIONAL NOTURNO	368	10.3.2.	ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO DELEGADO SINDICAL	376
9.9.3.	ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA	368	10.4.	GESTANTE	376
9.10.	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	368	10.5.	ESTABILIDADE DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO	376
9.10.1.	INTEGRAÇÃO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	368	10.6.	CIPA	377
9.10.2.	CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES PERIGOSAS	369	10.7.	DIRETORES DE COOPERATIVAS	377
9.10.3.	PERÍCIA	370			
9.11.	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	370			
9.11.1.	INTEGRAÇÃO	370			
9.11.2.	BASE DE CÁLCULO	370			
9.11.3.	PERÍCIA	370			

10.8.	SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA. EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	377	13.1.7.	PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.....	383
10.8.1.	SERVIDOR PÚBLICO DE FUNDAÇÃO REGIDO PELA CLT.....	377	13.1.8.	FGTS.....	383
10.9.	ESTABILIDADE PREVISTA EM REGULAMENTO INTERNO.....	377	13.1.9.	EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.....	384
11.	FGTS.....	377	13.1.10.	AÇÃO DE CUMPRIMENTO	384
11.1.	INCIDÊNCIA DO FGTS.....	377	13.1.11.	MUDANÇA DO REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO.....	384
11.1.1.	NÃO INCIDÊNCIA DO FGTS.....	378	13.1.12.	COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO E AUXÍLIO FUNERAL.....	384
11.1.2.	ÍNDICE DE CORREÇÃO.....	378	13.1.13.	MINISTÉRIO PÚBLICO.....	384
11.2.	MULTA DE 40% DO FGTS.....	378	13.2.	DECADÊNCIA.....	384
11.3.	CONTRATO NULO.....	378	14.	DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	384
11.4.	PRESCRIÇÃO	378	14.1.	PODER NORMATIVO DO TST.....	384
11.5.	EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.....	378	14.2.	VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO E DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. ULTRATIVIDADE.....	385
12.	AVISO PRÉVIO E TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	379	14.3.	CATEGORIA DIFERENCIADA.....	385
12.1.	AVISO-PRÉVIO.....	379	14.4.	MULTA PREVISTA EM INSTRUMENTO NORMATIVO.....	385
12.2.	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO...	380	14.5.	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, CONFEDERATIVA E ASSISTENCIAL.....	385
12.2.1.	FÉRIAS PROPORCIONAIS.....	380	14.6.	ORGANIZAÇÃO SINDICAL.....	385
12.2.2.	DISPENSA DISCRIMINATÓRIA.....	380	14.7.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA	386
12.2.3.	FALTA GRAVE.....	380	14.8.	GREVE.....	387
12.2.4.	APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	380			
12.2.5.	DESPEDIDA IMOTIVADA DO SERVIDOR PÚBLICO.....	381	✦	SÚMULAS E OJS DO TST QUE PODERÃO SER IMPACTADAS PELA REFORMA TRABALHISTA EM DIREITO DO TRABALHO	387
12.2.6.	READMISSÃO	381	✦	INFORMATIVOS DO TST.....	388
12.2.7.	MULTA PREVISTA NO ART. 477 DA CLT.....	381	1.	REGULAMENTO INTERNO.....	388
12.2.8.	TÉRMINO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS. PAGAMENTO DO SALÁRIO	381	1.1.	REQUISITOS PARA DISPENSA PREVISTO EM REGULAMENTO INTERNO	388
12.2.9.	CONTRATO NULO.....	381	1.2.	DESCUMPRIMENTO DE NORMA INTERNA.	388
12.2.10.	QUITAÇÃO E COMPENSAÇÃO	381	1.3.	REGULAMENTO INTERNO – PROGRESSÃO HORIZONTAL POR MERECEMENTO.....	389
13.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	382	1.4.	COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA	389
13.1.	PRESCRIÇÃO	382	2.	BANCÁRIO.....	390
13.1.1.	PRESCRIÇÃO TOTAL	382	2.1.	PRÉ-CONTRATAÇÃO DE HORAS EXTRAS....	391
13.1.2.	PRESCRIÇÃO PARCIAL	383	2.2.	GERENTE E GERENTE-GERAL DA AGÊNCIA	392
13.1.3.	AÇÃO RESCISÓRIA. PRESCRIÇÃO TOTAL E PARCIAL.....	383	2.2.1.	CONTROLE DE HORÁRIO.....	392
13.1.4.	SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	383	2.2.2.	TEMPO DESPENDIDO NA REALIZAÇÃO DE CURSOS PELA INTERNET E À DISTÂNCIA	392
13.1.5.	INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO....	383			
13.1.6.	RURÍCOLA.....	383			

2.2.3.	AUTORIZAÇÃO PARA SE AUSENTAR DA AGÊNCIA	393	10.5.	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE – MOTORISTA	417
2.2.4.	GERENTE QUE POSSUI RESTRICÇÕES A DETERMINADAS ATIVIDADES.....	393	10.6.	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.....	418
2.2.5.	QUEBRA DE CAIXA.....	393	10.7.	QUEBRA DE CAIXA.....	418
2.2.6.	ADVOGADO.....	393	10.8.	VALE-TRANSPORTE	418
3.	EMPREGADOR.....	394	10.9.	DESVIO DE FUNÇÃO	419
3.1.	GRUPO ECONÔMICO.....	394	10.9.1.	ACÚMULO DE FUNÇÃO.....	419
3.2.	PODER DE FISCALIZAÇÃO OU CONTROLE	394	10.10.	CARGO DE CONFIANÇA.....	419
3.3.	INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	395	10.11.	EQUIPARAÇÃO SALARIAL.....	420
3.4.	RESPONSABILIDADE E DANO MORAL.....	396	10.12.	DESCONTOS SALARIAIS.....	421
3.5.	SUCCESSÃO TRABALHISTA.....	400	11.	ESTABILIDADE.....	421
4.	TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA.....	401	11.1.	ESTABILIDADE PREVISTA EM NORMA COLETIVA.....	422
4.1.	REQUISITOS DA TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA....	402	11.2.	EMPREGADA DOMÉSTICA.....	423
4.2.	DONO DA OBRA – RESPONSABILIDADE	403	12.	FECHAMENTO DO ESTABELECIMENTO.....	423
4.3.	TRABALHO TEMPORÁRIO.....	404	13.	DEPÓSITO DO FGTS.....	424
5.	REVERSÃO.....	404	14.	DISPENSA POR JUSTA CAUSA.....	425
5.1.	GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO.....	404	14.1.	ATO DE IMPROBIDADE.....	425
6.	SUSPENSÃO DO CONTRATO.....	405	14.2.	RESCISÃO INDIRETA.....	426
6.1.	DEPÓSITO DO FGTS.....	405	14.2.1.	DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO (ART. 483, CLT).....	426
7.	JORNADA DE TRABALHO.....	405	14.2.2.	DISPENSA EM MASSA.....	426
7.1.	HORA <i>IN ITINERE</i>	406	14.3.	DISPENSA POR FORÇA MAIOR DURANTE A PANDEMIA.....	426
7.2.	SOBREAVISO.....	406	15.	PRESCRIÇÃO.....	427
7.3.	TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO.....	407	15.1	PRESCRIÇÃO PARCIAL.....	427
7.4.	TRABALHO EXTRAORDINÁRIO.....	407	16.	PRESCRIÇÃO TOTAL.....	429
7.4.1.	PAGAMENTO EM VALOR FIXO MENSAL.....	408	17.	PRESCRIÇÃO APLICADA AO EMPREGADO RURAL...	430
8.	PERÍODOS DE DESCANSO.....	408	18.	PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.....	430
8.1.	INTERVALO INTRAJORNADA.....	408	19.	SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	431
8.2.	FERIADOS – TRABALHO NO COMÉRCIO EM GERAL.....	409	20.	SINDICATO.....	431
8.3.	FÉRIAS.....	410	20.1.	SINDICATO REPRESENTANTE DE MOTORISTAS.....	432
9.	REMUNERAÇÃO.....	410	20.2.	COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.....	432
9.1.	SALÁRIO COMPLESSIVO.....	411	21.	GREVE.....	433
9.2.	PISO SALARIAL.....	412	21.1.	EXIGÊNCIA DE APROVAÇÃO DA GREVE POR ASSEMBLEIA.....	434
10.	ADICIONAIS SALARIAIS.....	412	21.2.	COMUNICAÇÃO APENAS DO “ESTADO DE GREVE”.....	434
10.1.	ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA.....	412	21.3.	DISPENSA COLETIVA. EXIGÊNCIA DE NEGOCIAÇÃO COM SINDICATO PROFISSIONAL.....	434
10.2.	ADICIONAL NOTURNO – JORNADA MISTA.....	413			
10.3.	ADICIONAL DE HORAS EXTRAS.....	413			
10.4.	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.....	414			

21.4. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – ILEGITIMIDADE ATIVA.....	434	20. AÇÃO RESCISÓRIA.....	536
22. NEGOCIAÇÃO COLETIVA.....	435	21. AÇÃO ANULATÓRIA.....	539
23. TÉRMINO DO CONTRATO.....	441	22. EXECUÇÃO.....	542
23.1. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA.....	443	23. MANDADO DE SEGURANÇA.....	549
24. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO / CATEGORIA.....	443	24. INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE.....	555
25. TRABALHADOR AVULSO.....	444	25. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.....	556
26. CONCURSO PÚBLICO.....	444	26. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.....	557
27. ATESTADO MÉDICO – CID.....	446	27. REPRESENTAÇÃO.....	561
28. DISSÍDIO COLETIVO.....	446	28. TEMAS DIVERSOS (MESCLADOS).....	563
29. EMPREGADO COM DEFICIÊNCIA.....	447	✦ DICAS..... 569	
30. <i>HABEAS CORPUS</i>	447	DA JUSTIÇA DO TRABALHO: ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA.....	569
31. PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA.....	447	PRINCÍPIOS – DO PROCESSO DO TRABALHO, CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO DO TRABALHO E PREVISTOS NO CPC/2015.....	572
32. AVISO PRÉVIO.....	447	DOS ATOS, TERMOS E PRAZOS PROCESSUAIS.....	573
33. APRENDIZ.....	447	DO PROCESSO.....	574
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO..... 449		DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	576
<i>Felipe Bernardes</i>		DAS EXCEÇÕES.....	579
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	449	AUDIÊNCIA TRABALHISTA.....	581
✦ QUESTÕES..... 451		DAS PROVAS.....	584
1. PRINCÍPIOS.....	451	DA RESPONSABILIDADE POR DANOS PROCESSUAIS.....	589
2. ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	452	DISSÍDIOS INDIVIDUAIS E PROCEDIMENTOS.....	589
3. TEORIA GERAL DO PROCESSO.....	453	DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO PROCESSO DO TRABALHO.....	592
4. COMPETÊNCIA.....	455	SENTENÇA E COISA JULGADA.....	593
5. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.....	463	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA NO PROCESSO DO TRABALHO.....	595
6. DISSÍDIO COLETIVO E PODER NORMATIVO.....	464	EXECUÇÃO TRABALHISTA.....	596
7. AUDIÊNCIA.....	473	RECURSOS NO PROCESSO DO TRABALHO.....	600
8. CONCILIAÇÃO.....	476	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS..... 606	
9. PRAZOS.....	477	1. REPRESENTAÇÃO.....	606
10. NULIDADES.....	479	2. RECURSO. MANDADO DE SEGURANÇA.....	608
11. PROVAS.....	484	3. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	610
12. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	490	4. CUSTAS PROCESSUAIS.....	610
13. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO COLETIVA.....	492	5. RECURSO ORDINÁRIO.....	611
14. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	506	6. EMBARGOS.....	611
15. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA.....	507	7. PENHORA.....	614
16. SENTENÇA.....	509	8. PRINCÍPIOS.....	615
17. CUSTAS PROCESSUAIS E DEPÓSITO RECURSAL.....	510	9. INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE.....	616
18. RECURSOS.....	512	10. TESTEMUNHA.....	617
19. COISA JULGADA.....	533		

11. CONCILIAÇÃO	617	6.5. EFEITO MODIFICATIVO.....	647
12. NULIDADES.....	617	7. PRINCÍPIOS.....	647
13. PROVAS.....	617	7.1. AMPLA DEVOLUTIVIDADE.....	647
14. PREPOSTO	618	7.2. DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	647
15. PRAZOS.....	618	7.3. UNIRRECORRIBILIDADE.....	648
16. COMPETÊNCIA.....	620	8. TESTEMUNHA.....	648
17. AÇÃO RESCISÓRIA.....	622	8.1. SUSPEIÇÃO	648
18. RECURSO DE REVISTA.....	632	9. NULIDADE.....	648
19. EXECUÇÃO.....	634	9.1. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO.....	648
20. <i>JUS POSTULANDI</i>	636	9.2. AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO NA OAB DOS SUBSCRITORES.....	648
21. SENTENÇA E COISA JULGADA.....	636	10. PREPOSTO	649
22. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.....	637	11. PRAZO	649
23. NOVAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	638	11.1. DECADENCIAL.....	649
24. AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	638	11.2. PRECLUSÃO CONSUMATIVA	649
25. REVELIA E CONFISSÃO	639	12. COMPETÊNCIA.....	650
26. REVISÃO DE SENTENÇA NORMATIVA.....	640	13. AÇÃO RESCISÓRIA.....	651
27. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	640	14. EXECUÇÃO.....	655
28. AUDIÊNCIAS.....	641	15. <i>JUS POSTULANDI</i>	657
29. ATOS PROCESSUAIS.....	641	16. SENTENÇA E COISA JULGADA.....	658
30. PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO – CUSTAS E EMOLUMENTOS.....	641	16.1. COISA JULGADA.....	658
		16.1.1. COISA JULGADA MATERIAL.....	658
		16.2. OFENSA À COISA JULGADA.....	658
		17. AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	659
		17.1. DESPACHO EM RECURSO DE REVISTA.....	659
		17.2. MATÉRIAS NÃO IMPUGNADAS.....	659
		18. REVELIA E CONFISSÃO.....	659
		18.1. REVELIA E CONFISSÃO FICTA.....	659
		18.2. CONFISSÃO REAL.....	660
		BIBLIOGRAFIA.....	660
✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS	642	DIREITO	
1. REPRESENTAÇÃO.....	642	CONSTITUCIONAL	661
1.1. IRREGULARIDADE	642	<i>Paulo Lépre</i>	
1.1.1. ASSINATURA DIVERSA DO SUBSCRITOR.....	642	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	661
2. BEM DE FAMÍLIA.....	642		
3. MANDADO DE SEGURANÇA.....	642	✦ QUESTÕES	663
4. CUSTAS PROCESSUAIS.....	644	1. CONSTITUIÇÃO. CONCEITO. CLASSIFICAÇÃO. APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO.....	663
4.1. DESERÇÃO.....	644	2. PODER CONSTITUINTE. CONCEITO, FINALIDADE, TITULARIDADE E ESPÉCIES. REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. CLÁUSULAS PÉTREAS.....	668
5. RECURSO DE ORDINÁRIO.....	645		
5.1. DEPÓSITO RECURSAL.....	645		
5.2. INTEMPESTIVIDADE.....	645		
6. EMBARGOS.....	645		
6.1. INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 11.496/2007.....	645		
6.2. PROTESTO JUDICIAL.....	646		
6.3. INTERPOSIÇÃO POR MEIO DO SISTEMA E-DOC.....	646		
6.3.1. ASSINATURA DIGITAL FIRMADA POR ADVOGADO DIVERSO DO SUBSCRITOR DO RECURSO.....	646		
6.4. ADMISSIBILIDADE.....	646		

3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA	670	3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA	719
4. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	672	4. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS.....	720
4.1. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS, COLETIVOS	673	4.1. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	721
4.2. AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	676	4.2. AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	725
4.3. DIREITOS SOCIAIS	677	4.3. DIREITOS SOCIAIS	727
4.4. DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	682	4.4. DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	728
4.5. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS	684	4.5. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS	729
5. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	685	5. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	732
5.1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	685	5.1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	732
5.2. ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	688	5.2. ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	733
5.3. SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	688	5.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	735
5.3.1. PODER LEGISLATIVO	688	5.3.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	735
5.3.2. PODER EXECUTIVO	693	5.3.2. DIREITOS DO SERVIDOR. REMUNERAÇÃO, CUMULAÇÃO DE CARGOS, GREVE E APOSENTADORIA.....	736
5.3.3. PODER JUDICIÁRIO.....	694	5.3.3. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO E OUTRAS REGRAS	738
5.3.4. SÚMULA VINCULANTE.....	696	5.4. SEPARAÇÃO DOS PODERES	739
5.4. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	697	5.4.1. PODER LEGISLATIVO	739
6. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	698	5.4.2. PODER EXECUTIVO	742
6.1. CONTROLE DIFUSO E CONTROLE CONCENTRADO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.....	700	5.4.3. PODER JUDICIÁRIO.....	743
7. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	705	5.4.4. JUSTIÇA FEDERAL.....	744
8. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO.....	706	5.4.5. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	746
9. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	708	5.4.6. SÚMULA VINCULANTE.....	746
10. ORDEM SOCIAL	709	5.5. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	747
11. ADCT.....	715	6. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	750
✦ DICAS	716	6.1. CONTROLE DIFUSO	750
1. CONSTITUCIONALISMO. CONSTITUIÇÃO. CONCEITO. CLASSIFICAÇÃO. APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO	716	6.2. CONTROLE CONCENTRADO.....	751
2. PODER CONSTITUINTE. CONCEITO, FINALIDADE, TITULARIDADE E ESPÉCIES. REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. CLÁUSULAS PÉTREAS	719	7. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	754
		8. SEGURANÇA PÚBLICA	755
		9. TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO.....	755
		10. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	757
		11. ORDEM SOCIAL	758

✦ SÚMULAS APLICÁVEIS 760

1. DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	760
2. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	760
3. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	761
4. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA E ORDEM SOCIAL.....	761

DIREITO

ADMINISTRATIVO..... 763

Leandro Bortoleto e

Luís Felipe Cirino

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	763
---------------------------------------	-----

✦ QUESTÕES 765

1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	765
2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR.....	767
3. AGENTES PÚBLICOS: DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	774
4. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS: LEI Nº 8.112/90.....	778
5. ATO ADMINISTRATIVO.....	784
6. PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL: LEI Nº 9.784/99.....	787
7. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	788
8. BENS PÚBLICOS.....	794
9. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO.....	795
10. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92...	796

✦ RESUMOS DOUTRINÁRIOS 800

1. CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	800
2. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	800
3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR.....	802
4. AGENTES PÚBLICOS: DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	807
5. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	815
5.1. LEI Nº 8.112/90.....	815
6. PODERES ADMINISTRATIVOS.....	823
7. ATO ADMINISTRATIVO.....	825
8. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	828
8.1. LEI Nº 9.784/99.....	828
9. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO (LEI Nº 8.666/1993).....	830

10. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO (NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: LEI Nº 14.133/2021).....	836
11. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO NA LEI DAS ESTATAIS (LEI Nº 13.303/2016).....	850
12. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	851
13. BENS PÚBLICOS.....	854
14. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO.....	855
15. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	857
16. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92...	858

✦ SÚMULAS APLICÁVEIS 863

✦ STF 863

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	863
SERVIDOR PÚBLICO.....	863
CONCURSO PÚBLICO.....	864
DEMISSÃO.....	864
DISPONIBILIDADE.....	864
REMUNERAÇÃO.....	864
TEMPO DE SERVIÇO.....	865
VITALICIDADE.....	865
NOMEAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO (NEPOTISMO).....	865
PODER DE POLÍCIA.....	865
ATO ADMINISTRATIVO.....	865
BENS PÚBLICOS.....	865

✦ STJ..... 866

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	866
SERVIDOR PÚBLICO.....	866
CONCURSO PÚBLICO.....	866
PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	866
BENS PÚBLICOS.....	867
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	867
IMPROBIDADE.....	867

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E DIREITOS HUMANOS..... 869

Paulo Henrique Gonçalves Portela

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	869
---------------------------------------	-----

✦ QUESTÕES 871

I. DIREITO INTERNACIONAL E DIREITO COMUNITÁRIO.....	871
---	-----

1. ÓRGÃOS DAS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS: AGENTES DIPLOMÁTICOS E REPRESENTANTES CONSULARES. CONVENÇÕES DE VIENA DE 1961 E 1963. AS MISSÕES ESPECIAIS	871	4. SISTEMA DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	893
2. ATIVIDADES DO ESTRANGEIRO NO BRASIL: LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS	872	5. INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS.....	895
3. APLICAÇÃO DA LEI TRABALHISTA ESTRANGEIRA: OS PRINCÍPIOS DA <i>LEX LOCI EXECUTIONIS</i> E DO <i>LOCUS REGIT ACTUM</i>	873	6. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E O DIREITO BRASILEIRO.....	897
4. TRATADOS INTERNACIONAIS: VIGÊNCIA E APLICAÇÃO. HIERARQUIA E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.....	874	7. SISTEMA GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS: OS DIREITOS HUMANOS NA ONU.....	899
5. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: NATUREZA JURÍDICA. ÓRGÃOS DA OIT: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REPARTIÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E CONFERÊNCIA OU ASSEMBLEIA GERAL. FINALIDADE E OBJETIVOS. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS. CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS DO TRABALHO. DECLARAÇÃO SOBRE OS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TRABALHO	876	8. CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER	902
6. NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA E PACTO DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (ONU). CONVENÇÃO 138 E RECOMENDAÇÃO 146 SOBRE A IDADE MÍNIMA PARA ADMISSÃO NO EMPREGO, CONVENÇÃO 182 E RECOMENDAÇÃO 190 SOBRE AS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL (OIT). DECRETO 6.481/08.....	881	9. CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA.....	903
7. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO E CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL, “DUMPING SOCIAL” “CLÁUSULA SOCIAL” E “SELO SOCIAL”, PADRÕES TRABALHISTAS MÍNIMOS.....	884	10. CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DE DIREITOS DE TODOS OS MIGRANTES TRABALHADORES E MEMBROS DE SUAS FAMÍLIAS.....	903
8. CONCEITO, PRINCÍPIOS E ORIENTAÇÕES SOCIAIS DO DIREITO COMUNITÁRIO. FONTES. UNIÃO EUROPEIA E UNASUL. MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL): CONSTITUIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, ESTRUTURA. SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	885	11. SISTEMA INTERAMERICANO.....	905
9. CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO (TRATADO DE MÉRIDA)	888	12. DISCRIMINAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS.....	908
II. DIREITOS HUMANOS.....	889	13. DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA PESSOA IDOSA.....	912
1. CONCEITO, TERMINOLOGIA, ESTRUTURA NORMATIVA, FUNDAMENTAÇÃO	889	14. DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	913
2. AFIRMAÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS	890	★ DICAS	916
3. DIREITOS HUMANOS E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO.....	892	I. DIREITO INTERNACIONAL.....	916
		1. SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO. ESTADOS, ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E PESSOAS NATURAIS	916
		2. ÓRGÃOS DAS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS: AGENTES DIPLOMÁTICOS E REPRESENTANTES CONSULARES. CONVENÇÕES DE VIENA DE 1961 E 1963. AS MISSÕES ESPECIAIS	916
		3. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO DOS ESTADOS E DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: ORIGEM, FUNDAMENTOS, LIMITES E EVOLUÇÃO. IMUNIDADE DE EXECUÇÃO	917
		4. ATIVIDADES DO ESTRANGEIRO NO BRASIL: LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	918
		5. APLICAÇÃO DA LEI TRABALHISTA ESTRANGEIRA: OS PRINCÍPIOS <i>LEX LOCI EXECUTIONES</i> E <i>LOCUS REGIT ACTUM</i>	919
		6. TRATADOS INTERNACIONAIS: VIGÊNCIA E APLICAÇÃO. HIERARQUIA E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.....	919
		7. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: NATUREZA JURÍDICA. ÓRGÃOS DA OIT: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REPARTIÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E CONFERÊNCIA OU ASSEMBLEIA GERAL. FINALIDADE E	

OBJETIVOS. ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS. CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS DO TRABALHO. DECLARAÇÃO SOBRE OS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHO.....	921	1.10. PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS.....	930
8. NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA E PACTO DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (ONU). CONVENÇÃO 138 E RECOMENDAÇÃO 146 SOBRE A IDADE MÍNIMA PARA ADMISSÃO NO EMPREGO, CONVENÇÃO 182 E RECOMENDAÇÃO 190 SOBRE AS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL (OIT). DECRETO 6.481/08	922	1.11. CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL	930
9. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO E CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL "DUMPING SOCIAL", "CLÁUSULA SOCIAL" E "SELO SOCIAL". PADRÕES TRABALHISTAS MÍNIMOS.....	922	1.12. CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER.....	930
10. CONCEITO, PRINCÍPIOS E ORIENTAÇÕES SOCIAIS DO DIREITO COMUNITÁRIO. FONTES. UNIÃO EUROPEIA E UNASUL. MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL): CONSTITUIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, ESTRUTURA. SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	922	1.13. CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA.....	931
11. CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO (TRATADO DE MÉRIDA).....	925	1.14. CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DE DIREITOS DE TODOS OS MIGRANTES TRABALHADORES E MEMBROS DE SUAS FAMÍLIAS.....	931
II. DIREITOS HUMANOS.....	925	1.15. MECANISMOS COLETIVOS E AFIRMAÇÃO DO INDIVÍDUO COMO SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL NO SISTEMA GLOBAL	931
1. DIREITOS HUMANOS.....	925	1.16. SISTEMA INTERAMERICANO.....	932
1.1. CONCEITO, TERMINOLOGIA, ESTRUTURA NORMATIVA, FUNDAMENTAÇÃO.....	925	1.17. CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SAN JOSÉ DE COSTA RICA, APROVADA PELO DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, EM 25.09.1992 E PROMULGADA PELO DECRETO Nº 678, DE 06.11.1992)	934
1.2. AFIRMAÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS.....	926	1.18. COMBATE À REDUÇÃO ANÁLOGA AO TRABALHO ESCRAVO	935
1.3. DIREITOS HUMANOS E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO	926	1.19. DISCRIMINAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS...	936
1.4. SISTEMA DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	926	1.20. DIREITOS DA MULHER, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA PESSOA IDOSA.....	936
1.5. INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS.....	928	1.21. DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	938
1.6. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E O DIREITO BRASILEIRO.....	928	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	938
1.7. SISTEMA GLOBAL DE DIREITOS HUMANOS: OS DIREITOS HUMANOS NA ONU.....	929	I. DIREITO INTERNACIONAL.....	938
1.8. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS.....	929	1. CONDIÇÃO JURÍDICA DO NÃO NACIONAL – EXPULSÃO.....	938
1.9. PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS.....	929	2. CONDIÇÃO JURÍDICA DO NÃO NACIONAL – EXTRADIÇÃO.....	938
		3. PRISÃO CIVIL	939
		II. DIREITOS HUMANOS.....	939
		1. DIREITOS HUMANOS.....	939
		DIREITO	
		PROCESSUAL CIVIL	941
		<i>Luciano Alves Rossato</i>	
		TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	941

1. DAS NORMAS FUNDAMENTAIS E DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS.....	943		
2. DEVERES DAS PARTES	946		
3. DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO.....	947		
4. DA COMPETÊNCIA.....	948		
5. DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	951		
6. DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	953		
7. DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO.....	955		
8. DOS ATOS PROCESSUAIS.....	956		
9. DA TUTELA PROVISÓRIA	956		
10. DAS PROVAS.....	959		
11. DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA.....	963		
12. DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	966		
13. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA	966		
14. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	969		
15. PRECEDENTES.....	970		
16. RECURSOS	971		
17. DAS AÇÕES COLETIVAS	973		
✦ DICAS	977		
1. MEIOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	977		
2. NORMAS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	978		
3. JURISDIÇÃO.....	980		
4. AÇÃO E PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	981		
5. AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	983		
6. ATOS PROCESSUAIS.....	984		
7. COMPETÊNCIA.....	987		
8. PARTES, LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	988		
9. TUTELA PROVISÓRIA.....	992		
10. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO, EXTINÇÃO DO PROCESSO E PROCEDIMENTO COMUM.....	993		
11. DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA.....	1003		
12. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA	1010		
13. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1016		
14. PROCESSO NOS TRIBUNAIS.....	1020		
15. RECURSOS.....	1024		
16. AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	1031		
		DIREITO CIVIL	1035
		<i>Wellington Pereira</i>	
		TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	1035
		✦ QUESTÕES	1037
		1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	1037
		2. PARTE GERAL	1039
		2.1. DAS PESSOAS NATURAIS.....	1039
		2.1.1. MORTE PRESUMIDA	1043
		2.2. DAS PESSOAS JURÍDICAS.....	1044
		2.3. DOS BENS.....	1046
		2.4. DO NEGÓCIO JURÍDICO	1046
		2.4.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	1046
		2.4.2. DA CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO	1048
		2.4.3. DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	1049
		3. DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	1052
		3.1. DAS MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES.....	1052
		3.1.1. DAS OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS.....	1052
		3.1.2. DAS OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS	1053
		3.2. DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	1053
		3.2.1. DA NOVAÇÃO.....	1053
		3.2.2. DA COMPENSAÇÃO.....	1054
		3.3. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES	1054
		3.3.1. DA MORA.....	1054
		3.3.2. DA CLÁUSULA PENAL	1055
		4. DOS CONTRATOS.....	1056
		4.1. DOS CONTRATOS EM GERAL.....	1056
		4.2. DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO.....	1058
		4.2.1. DA FIANÇA.....	1058
		5. DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	1058
		5.1. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR.....	1058
		6. DO DIREITO DE EMPRESA.....	1062
		6.1 DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO SÓCIOS.....	1062
		✦ DICAS	1063
		1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	1063
		2. O CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	1065

5. DO ACIDENTE DO TRABALHO.....	1150	2. DOS DEPENDENTES DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1203
6. DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS....	1152	3. DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	1203
7. SEGURO-DESEMPREGO.....	1173	3.1. AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA.....	1203
8. DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	1175	3.2. AUXÍLIO-ACIDENTE.....	1204
9. FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – PARTE CONSTITUCIONAL.....	1175	3.3. APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE.....	1204
10. SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO.....	1177	3.4. APOSENTADORIA POR IDADE.....	1205
11. DA CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS.....	1180	3.5. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.....	1205
12. DA CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS E DO EMPREGADOR DOMÉSTICO.....	1182	3.6. APOSENTADORIA ESPECIAL.....	1206
13. DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.....	1184	3.7. SALÁRIO-MATERNIDADE.....	1206
14. DOS PRAZOS DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	1185	3.8. PENSÃO POR MORTE.....	1206
15. DAS OUTRAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL...	1186	3.9. SALÁRIO-FAMÍLIA.....	1207
16. DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.....	1186	3.10. OUTRAS SÚMULAS SOBRE BENEFÍCIOS E AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	1207
17. DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL.....	1187	4. DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	1207
18. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – BPC LOAS.....	1187	4.1. DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	1207
19. PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO.....	1189	4.2. DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO.....	1208
20. CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA.....	1194	4.3. DA CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS.....	1208
21. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	1194	5. DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.....	1209
22. O PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS.....	1196	6. DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO.....	1209
23. CRIMES PREVIDENCIÁRIOS.....	1198	7. DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL.....	1209
23.1. CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA.....	1198	8. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – BPC.....	1209
23.2. CRIME DE SONEGAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	1199	9. PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO.....	1210
23.3. ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO.....	1200	10. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	1210
23.4. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	1200	11. CRIMES PREVIDENCIÁRIOS.....	1210
23.5. INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES.....	1200	12. SEGURO-DESEMPREGO.....	1210
23.6. MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES.....	1201		
24. AÇÕES JUDICIAIS EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA....	1201		
SÚMULAS IMPORTANTES.....	1202		
1. DOS SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1202		
1.1. EMPREGADOS.....	1202		
1.2. SEGURADOS ESPECIAIS.....	1202		
1.3. SEGURADOS CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS.....	1203		
		DIREITO PENAL.....	1211
		<i>Danilo da Cunha Sousa</i>	
		TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1211
		★ QUESTÕES.....	1213
		1. PARTE GERAL.....	1213
		2. PARTE ESPECIAL.....	1214
		2.1. CRIMES CONTRA A PESSOA.....	1214
		2.2. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	1215
		2.3. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL....	1217

6.1.3. CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO.....	1303	TRABALHO E TRANSIÇÃO ECOLÓGICA JUSTA. SOCIEDADE DE RISCO.....	1327
6.1.4. CORREGEDORIA.....	1303	1.1. ECOLOGIA: TEORIAS E CONCEITOS BÁSICOS.....	1327
6.1.5. COLÉGIO DE PROCURADORES DO TRABALHO.....	1304	1.2. DIREITO E ECOLOGIA.....	1328
6.2. PRERROGATIVAS INSTITUCIONAIS E PROCESSUAIS.....	1304	1.3. DIREITO DO TRABALHO E ECOLOGIA.....	1329
6.3. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO: DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DA LC 75/1993.....	1307	1.4. INTERDISCIPLINARIDADE DO DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO.....	1330
✦ DICAS (RESUMO).....	1312	1.5. ANTROPOCENO. DISTINÇÃO HUMANO/ CULTURA E NATUREZA: PANORAMA E CRÍTICA. CRISE CLIMÁTICA.....	1330
✦ SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIAS APLICÁVEIS.....	1312	1.6. TRABALHO E TRANSIÇÃO ECOLÓGICA JUSTA.....	1332
1. PRINCÍPIOS, GARANTIAS, VEDAÇÕES E PRERROGATIVAS DOS MEMBROS DO MPU/ ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	1312	1.7. SOCIEDADE DE RISCO.....	1332
2. REGULAMENTO DE CARREIRA (MEMBROS DO MPU E SERVIDORES PÚBLICOS).....	1313	2. MEIO AMBIENTE E CONSTITUIÇÃO. ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO E ESTADO ECOLÓGICO DE DIREITO. MÍNIMO EXISTENCIAL ECOLÓGICO. DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO. DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO. DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA, À SAÚDE E À INCOLUMIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DO TRABALHADOR. DIREITOS AMBIENTAIS PROCEDIMENTAIS. DEVERES FUNDAMENTAIS DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE. EFICÁCIA HORIZONTAL. FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE.....	1333
✦ DICAS.....	1314	2.1. MEIO AMBIENTE E CONSTITUIÇÃO. ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO E ESTADO ECOLÓGICO DE DIREITO.....	1333
1. ORGANIZAÇÃO DO MPU E DO CNMP.....	1314	2.2. MÍNIMO EXISTENCIAL ECOLÓGICO.....	1334
2. PRINCÍPIOS, GARANTIAS, VEDAÇÕES E PRERROGATIVAS DOS MEMBROS DO MPU.....	1315	2.3. DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO.....	1334
3. FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DO MPU.....	1315	2.4. DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO.....	1335
DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO.....	1317	2.5. DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA, À SAÚDE E À INCOLUMIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DO TRABALHADOR.....	1335
<i>Tiago A. P. Anibal</i>		2.6. DIREITOS AMBIENTAIS PROCEDIMENTAIS.....	1336
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1317	2.7. DEVERES FUNDAMENTAIS DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE.....	1338
✦ QUESTÕES.....	1319	2.8. EFICÁCIA HORIZONTAL.....	1339
1. MEIO AMBIENTE E CONSTITUIÇÃO.....	1319	2.9. FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE.....	1339
2. RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL.....	1320		
3. FONTES DE DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO.....	1322		
4. FONTES DE DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO.....	1323		
✦ DICAS.....	1327		
1. ECOLOGIA: TEORIAS E CONCEITOS BÁSICOS. DIREITO E ECOLOGIA. DIREITO DO TRABALHO E ECOLOGIA. INTERDISCIPLINARIDADE DO DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO. ANTROPOCENO. DISTINÇÃO HUMANO/CULTURA E NATUREZA: PANORAMA E CRÍTICA. CRISE CLIMÁTICA.			

3.	MEIO AMBIENTE. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO. PROTEÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR. COMPETÊNCIA JURISDICCIONAL, LEGISLATIVA E REGULAMENTAR.....	1340		MATÉRIA DE SAÚDE NO TRABALHO. HIERARQUIA DAS CONVENÇÕES DA OIT E DOS TRATADOS INTERNACIONAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL. DIÁLOGO DAS FONTES.	1347	
3.1.	MEIO AMBIENTE.....	1340		5.1.	FONTES DE DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO: CONSTITUIÇÃO FEDERAL, TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS, OPINIÕES CONSULTIVAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, CONVENÇÕES DA OIT E LEGISLAÇÃO EM MATÉRIA DE SAÚDE NO TRABALHO.....	1347
3.2.	MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	1340		5.2.	HIERARQUIA DAS CONVENÇÕES DA OIT E DOS TRATADOS INTERNACIONAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	1347
3.3.	PROTEÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR	1341		5.3.	DIÁLOGO DAS FONTES.....	1348
3.4.	COMPETÊNCIA JURISDICCIONAL, LEGISLATIVA E REGULAMENTAR.....	1342		6.	POLUIÇÃO AMBIENTAL TRABALHISTA. CONCEITO, RISCOS AMBIENTAIS TRABALHISTAS E REPERCUSSÕES. GREVE AMBIENTAL.....	1348
4.	PRINCÍPIOS DE DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO: PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO, PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO, PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR, PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL, PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO, PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL, PRINCÍPIO <i>IN DUBIO PRO</i> AMBIENTE, PRINCÍPIO DA TRANSVERSALIDADE, PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE AMBIENTAL.....	1342		6.1.	POLUIÇÃO AMBIENTAL TRABALHISTA. CONCEITO.....	1348
4.1.	PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO	1342		6.2.	RISCOS AMBIENTAIS TRABALHISTAS E REPERCUSSÕES	1349
4.2.	PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO.....	1342		6.3.	GREVE AMBIENTAL	1349
4.3.	PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR.....	1343		7.	RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL. TEORIAS. RISCO. RESPONSABILIDADE CIVIL PREVENTIVA. RESPONSABILIDADE INTERGERACIONAL. DANO AMBIENTAL TRABALHISTA PRESENTE E FUTURO. PRESCRIÇÃO. PREVENÇÃO, ABRANGÊNCIA E REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL TRABALHISTA	1349
4.4.	PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	1343		7.1.	RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL	1349
4.5.	PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL.....	1343		7.2.	TEORIAS. RISCO	1350
4.6.	PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	1344		7.3.	RESPONSABILIDADE CIVIL PREVENTIVA. RESPONSABILIDADE INTERGERACIONAL. DANO AMBIENTAL TRABALHISTA PRESENTE E FUTURO.....	1350
4.7.	PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO	1344		7.4.	PRESCRIÇÃO	1352
4.8.	PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL.....	1345		7.5.	PREVENÇÃO, ABRANGÊNCIA E REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL TRABALHISTA	1352
4.9.	PRINCÍPIO <i>IN DUBIO PRO</i> AMBIENTE	1345		8.	JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO.....	1353
4.10.	PRINCÍPIO DA TRANSVERSALIDADE	1346				
4.11.	PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE AMBIENTAL.	1346				
5.	FONTES DE DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO: CONSTITUIÇÃO FEDERAL, TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS, OPINIÕES CONSULTIVAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, CONVENÇÕES DA OIT E LEGISLAÇÃO EM					